

PROJETO DE LEI Nº DE 2015
(Do Sr. Subtenente Gonzaga)

Dispõe sobre a possibilidade de o contribuinte recolher o imposto de renda no mês subsequente àquele fixado para entrega final da declaração do Imposto de Renda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o vencimento e a possibilidade do contribuinte escolher a data para o recolhimento do imposto devido na forma que especifica.

Art. 2º O Art. 2º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1998, passa a vigorar, acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º

Parágrafo único. O recolhimento do imposto de que trata o *caput* será efetuado, nas datas indicadas pelo contribuinte, vencendo a parcela única ou a primeira quota, no mês subsequente ao prazo final fixado pelo governo para a entrega anual da declaração do Imposto de Renda.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no ano seguinte da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei faz parte de um conjunto de iniciativas que tenho adotado com vistas à valorização e apoio aos cidadãos brasileiros, em especial, aos integrantes da Polícia e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal e demais profissionais da área da segurança pública.

Agora, pretendo oferecer, com a presente iniciativa, um ajuste, apesar de pontual, de extrema importância na legislação que trata do imposto de renda. Referida norma estabelece no seu art. 2º que “o imposto de renda das pessoas físicas será devido, **mensalmente**, à medida que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos”. E mais, no seu art. 52, traz uma regra punitiva caso o contribuinte não efetue o pagamento do imposto devido, nos seguintes termos: “a falta ou insuficiência de recolhimento do imposto ou de quota deste, nos prazos fixados nesta Lei, apresentada ou não a declaração, sujeitará o contribuinte às multas e acréscimos previstos na legislação do imposto de renda.”

Ou seja, as regras ora trazidas à colação só têm olhos para os interesses do Estado, não se importando com as necessidades e/ou capacidade de pagamento do contribuinte, em especial, dos assalariados, como é o caso dos agentes da área da segurança pública, cujo dia para o recebimento do soldo é determinado pelo órgão pagador, muitas vezes não coincidente com o dia estabelecido pela Secretaria da Receita Federal para o recolhimento do imposto de renda ou quota.

Neste contexto, relembro que o cidadão brasileiro já obteve, a partir da iniciativa corajosa da deputada Vanessa Felipe, uma importante vitória, quando viu transformado em norma jurídica o PL 2.124, de 1996, de sua autoria (Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999) obrigando as concessionárias de serviços públicos estabelecerem ao consumidor e usuário datas opcionais para vencimento de seus débitos.

À época, em auspiciosa justificativa, que por sua atualidade e pela força de sua argumentação, tomo a liberdade de transcrever alguns trechos (...) **melhorar a qualidade de vida do consumidor e defender seus interesses econômicos, ao facilitar-lhe a tarefa de pagar suas contas. Devido à coincidência no horário de funcionamento dos bancos e o horário de funcionamento do comércio, da indústria e das repartições públicas, de modo geral, é impossível ao consumidor pagar suas contas sem ausentar-se, várias vezes durante o mês, do seu local de trabalho (...) a proposição permite que o consumidor programe o vencimento de seus débitos, de modo a diminuir o esforço necessário para pagá-los e de modo a compatibilizar o vencimento de suas contas com a percepção de**

seus rendimentos, o que lhe possibilita uma melhor qualidade de vida e uma melhor administração de suas finanças pessoais. (...)”.

Assim, da mesma forma, a presente proposta tem como escopo principal, sem se descuidar das regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, o interesse do trabalhador assalariado, para que este possa efetuar o recolhimento do imposto no mês seguinte da sua apuração pela Receita Federal.

Por todo o exposto conto com o apoio dos nobres pares na aprovação rápida do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Deputado Subtenente Gonzaga

PDT-MG